

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO-INDSH HOSPITAL REGIONAL DO MARAJÓ

(CNPJ 23.453.830/0004-12)
Demonstrações Financeiras

Balço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 - Em Reais (R\$)				Demonstração dos Déficit's dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 - Em Reais (R\$)				
Ativo	Nota	2019		2018	Nota	2019		2018
		2019	2018			2019	2018	
Circulante		7.476.830		6.976.606		40.584.960		39.414.246
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.197.720		2.158.887		40.584.960		39.414.246
Contas a receber	5	2.494.490		3.382.080		(32.894.763)		(33.033.470)
Estoques		544.839		352.585		(16.066.760)		(16.184.272)
Adiantamento a funcionário		76.777		52.262		(11.750.676)		(11.878.401)
Adiantamento a fornecedores		141.212		739.937		(5.077.326)		(4.970.797)
Outros créditos		14.592		-		(7.732.960)		(7.985.738)
Partes relacionadas	8	-		274.974		(2.937.669)		(2.969.600)
Despesas antecipadas		7.200		15.881		(4.752.128)		(4.941.765)
Não Circulante		8.606.292		7.821.625	15			
Contas a receber	5	6.694.453		6.694.453		(13.418)		(9.268)
Partes relacionadas	8	156.746		156.746		(348.052)		(308.481)
Depósitos judiciais	13	169.733		18.919		318.307		243.376
Imobilizado líquido	6	86.158		60.667		(15.335)		29.962
Intangível líquido	7	36.296		61.554		(125.742)		(41.045)
Imobilizado-contrato de gestão líquido	6	1.462.906		829.286		110.407		71.007
Total do Ativo		16.083.122		14.798.231		(58.097)		(1.575.000)
Passivo		7.463.072		6.746.470				
Circulante		7.463.072		6.746.470				
Fornecedores	9	3.378.856		3.682.920				
Obrigações trabalhistas	10	2.306.339		2.182.153				
Obrigações sociais	11	306.618		360.940				
Obrigações fiscais		194.131		261.169				
Outras contas a pagar		1.209		9.032				
Partes relacionadas	8	1.275.919		250.256				
Não Circulante		2.275.229		1.668.469				
Receitas diferidas	12	2.063.056		1.668.469				
Partes relacionadas	8	212.173		-				
Patrimônio Líquido	14	6.344.821		6.383.292				
Patrimônio social		6.402.918		7.958.292				
Déficit acumulado		(58.097)		(1.575.000)				
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		16.083.122		14.798.231				
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 - Em Reais (R\$)								
Descrição	Patrimônio Social	Déficit acumulado		Total				
Em 31 de dezembro de 2017	7.631.809		326.483	7.958.292				
Incorporação ao Patrimônio Social	326.483		(326.483)	-				
Déficit do exercício	-		(1.575.000)	(1.575.000)				
Em 31 de dezembro de 2018	7.958.292		(1.575.000)	6.383.292				
Incorporação ao Patrimônio Social	(1.575.000)		1.575.000	-				
Ajustes patrimoniais	19.626		-	19.626				
Déficit do exercício	-		(58.097)	(58.097)				
Em 31 de dezembro de 2019	6.402.918		(58.097)	6.344.821				

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 - Em Reais (R\$)													
<p>1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais: Hospital Regional do Marajó compõe a rede de regionalização dos serviços de saúde do Governo Estadual do Pará. Atende patologias de média e alta complexidade, com centro cirúrgico de alta tecnologia com UTI adulta, infantil e neonatal, atendendo a população dos municípios de todo o 8º Centro Regional de Saúde, composto pelas cidades de Bagre, Currálinho, Anajás, Portel, Melgaço e Gurupá, totalizando um universo de quase 300 mil pessoas atendidas. O atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita. O HRP tem 50 leitos, além de unidades de urgência e emergência, sete leitos de UTI adulta, cinco de UTI pediátrica e cinco de UTI neonatal. Os serviços oferecidos são obstetrícia, cirurgia geral, ortopedia, oftalmologia, cardiologia, clínica médica, exames laboratoriais por imagem e métodos gráficos. Possui um centro cirúrgico e obstétrico com três salas cirúrgicas e uma de recuperação pós-anestésica. Unidade ambulatorial, com cinco consultórios.</p> <p>b) Contrato de Gestão: O Hospital Regional do Marajó é administrado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), desde 06 de setembro de 2010, sendo atualmente por meio de contrato de gestão nº 038/SESPA/2015, vigente até 21/09/2020. Por estar habilitada, a atual Administração participará na licitação que será promovida pela SESPA, em 2020, para continuidade das operações de gestão, neste sentido não há consistências para realização de provisões para perdas. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:</p> <table border="0" style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 33%;">Âmbito</td> <td style="width: 33%;">Legislação</td> <td style="width: 33%;">Publicação</td> </tr> <tr> <td>Federal</td> <td>Decreto Federal nº 50.517/61</td> <td>DOU de 23/12/1970</td> </tr> <tr> <td>Estadual</td> <td>Lei Estadual nº 5.341/1969</td> <td>DOE de 19/11/1969</td> </tr> <tr> <td>Municipal</td> <td>Lei Municipal nº 416</td> <td>DOM de 16/08/1967</td> </tr> </table> <p>A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, cuja manutenção foi deferida para o triênio 1º janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020, pela portaria nº 78 de 18.01.2018, pelo Ministério da Saúde. c) Impactos da COVID-19 nas operações: A Entidade vem promovendo o treinamento de seus profissionais e prestadores de serviços acerca dos procedimentos de identificação, controle e tratamento de eventuais pacientes diagnosticados com a COVID-19. A Administração julga não haver fatores que impliquem em impactos imediatos e significativos nas operações de gestão do Hospital, porém atua estrategicamente, em conjunto com o ente público, com foco na saúde básica do estado, afim de isolar os pacientes que OMS - Organização Mundial da Saúde julga serem de risco. 2. Apresentações das Demonstrações Contábeis e Principais Práticas Contábeis: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a Lei 12.101/2009 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09.</p>	Âmbito	Legislação	Publicação	Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970	Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969	Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967	<p>As demonstrações contábeis foram aprovadas, pela Administração, em 13 de março de 2020. 2.2. Base de mensuração e apresentação: As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. 2.3. Moeda funcional e de apresentação: Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. 2.4. Principais práticas contábeis: a) Caixa e equivalente de caixa: São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. b) Estoques: São demonstrados ao custo médio de aquisição, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. c) Ativo imobilizado: Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. d) Ativo intangível: Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, reflete os custos com direitos de uso de software. e) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. f) Julgamentos e estimativas: A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. Provisões para riscos judiciais: A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no</p>
Âmbito	Legislação	Publicação											
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970											
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969											
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967											

continua >